

## **VARIAÇÃO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O QUE (NÃO) SABEM OS PROFESSORES DE PRIMEIRO SEGMENTO DA EJA?**

### **VARIACIÓN Y PREJUICIO LINGUÍSTICO: LO QUÉ (NO) SABEN LOS MAESTROS DE LA EPJA?**

SANTOS, Adriano Oliveira (IFRJ)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende apresentar uma síntese de dados obtidos por meio de questionário semiaberto aplicado a professores de primeiro segmento da Educação de Jovens de Adultos – EJA, da rede pública do município de São Gonçalo/RJ. O eixo da investigação está no tema da variação linguística e do preconceito linguístico. Os dados demonstram que uma parte desses professores ainda trazem dúvidas e desconhecimentos a respeito desses assuntos, e confundem as noções de norma e uso da língua, fatos que levaram o autor a seguinte intervenção: oferta de curso de atualização como proposta de formação continuada com base nesses e em outros assuntos da área de linguagem. Para o desenvolvimento desta investigação, utilizamos as principais bases teóricas: Scherre (2005), Bagno(2013) e Bortoni-Ricardo (2004), os quais abordam os fenômenos de que falamos. A pesquisa demonstrou a necessidade e a urgência da oferta de formação continuada em estudos linguísticos para esse público de profissionais que, mesmo não tendo formação em Letras, ensinam o Português como língua materna.

**PALAVRAS-CHAVE:** variação linguística; preconceito linguístico; professores de primeiro segmento; EJA.

**RESUMEN:** Este trabajo pretende presentar la síntesis de los datos obtenidos por medio de cuestionario semiabierto aplicado a maestros de la Educación de Personas Jóvenes y Adultas – EPJA, de la rede pública de la municipalidad de São Gonçalo/RJ. El eje de la investigación está en el tema de la variación lingüística y del prejuicio lingüístico. Los datos demuestran que una parte de los maestros aún desconocen o tienen dudas sobre esos temas, además de eso, confunden nociones de norma y uso lingüísticos, hechos que llevaron el autor a la siguiente intervención didáctica: ofrecer un curso de actualización como propuesta de formación permanente con base en esos temas y en otros del área del lenguaje. Para el desarrollo de esta investigación, utilizamos los siguientes autores: Scherre (2005), Bagno(2013) y Bortoni-Ricardo (2004), los cuales abordan los fenómenos discutidos. La investigación enseña la necesidad y la urgencia de ofrecerse formación continua en estudios lingüísticos para esos maestros que, aún que no tengan formación en Letras, enseñan el Portugués como lengua materna.

**PALABRAS CLAVE:** variación linguística; prejuicio linguístico; maestros; EPJA.

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Discutir sobre variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa é mais do que ensinar diferenças entre um falar ou outro, ou os diferentes modos de realização da língua. Antes, é apresentar o português a partir de seus usos em diferentes contextos de interação e comunicação humanas.

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense e Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus São Gonçalo, Rio de Janeiro. Atualmente, orienta projetos de pesquisa relacionados aos usos da língua materna e organiza eventos que visam à formação continuada em estudos linguísticos de professores da Educação de Jovens e Adultos.

REVELLI v.10 n.2. Junho/2018. p. 43 - 61. ISSN 1984 – 6576.

Dossiê Estudos de Linguagem e Interculturalidade.

Embora essas noções devam ser discutidas e refletidas no âmbito da sala de aula, o que se percebe, ainda, é um desconhecimento do tema da variação por parte de professores de língua portuguesa, sobretudo, por aqueles com formação acadêmica menos recente e que não têm curso de atualização ou formação continuada. Se entre os professores de língua portuguesa essa realidade ainda é comum, o que pensar dos professores de primeiro segmento que, em muitos casos, só receberam a formação do antigo curso normal? O mesmo vale para professores graduados que não receberam formação linguística sólida no curso de Pedagogia.

Não raras vezes, o autor, quando atuava como docente de Língua Portuguesa para o segundo segmento, pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, nos contatos diários com seus colegas de primeiro segmento, ouvia deles comentários e julgamentos que explicitavam, pelas conversas informais, o olhar preconceituoso sobre o modo como seus alunos do ensino fundamental – 1º ao 5º anos – se expressavam na fala e na escrita. Esse fato parecia demonstrar desconhecimento sobre o tema da variação, visto que as atitudes de preconceito linguístico respaldavam essa nossa conclusão. O que nos chama a atenção está no fato de muitos desses docentes serem atuantes também na escolarização de alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos, e, como tais, replicavam igualmente as mesmas falas preconceituosas quanto ao comportamento linguístico de alunos jovens/adultos dos quais eram professores.

Outro ponto que nos instiga para essa questão e que muito nos preocupa reside no fato de ainda haver pouca interlocução dos institutos de Letras, e de suas pesquisas, com os professores de primeiro segmento que ensinam o português. Atualmente, encontra-se uma farta publicação voltada para os professores de Língua Portuguesa licenciados em cursos de Letras, porém não na mesma proporção para os professores que ensinam o Português e que não são licenciados em Letras. Afinal, não são os professores de primeiro segmento também professores de Língua Portuguesa? A partir dessas reflexões, nasceram as primeiras ideias que norteiam esta pesquisa.

Nossa proposta de trabalho consiste em apresentar os dados obtidos, por meio de questionário semiaberto, acerca do repertório de conhecimentos de professores do primeiro segmento (antigo primário) do ensino fundamental, que ensinam português na Educação de Jovens e Adultos, sobre questões relacionadas à variação linguística e preconceito linguístico.

Os dados obtidos permitiram organizar um minicurso, com discussão e debate a respeito dos temas abordados pelo questionário, realizado durante três dias (três segundas-

feiras consecutivas) do qual participaram os professores colaboradores da pesquisa (quinze, no total) e outros professores da rede pública de ensino de São Gonçalo. Desse modo, o minicurso serviu como instrumento para formação continuada desses professores com base nos temas de que falamos e em outros da área de linguagem.

## **2. Da variação ao preconceito linguístico**

Nesta seção, abordaremos dois pontos importantes para compreendermos a manifestação da linguagem a partir dos diferentes contextos de uso: variação linguística e registros linguísticos.

### **2.1 Variação e registros linguísticos**

Como falantes que somos, sabemos que a língua é um sistema dinâmico. Embora haja sistemas de pressão, como a escola e até certos setores da mídia, como o jornal de referência<sup>2</sup>, por exemplo, que controlam ou cerceiam as transformações em uma língua, não há como evitar que ela se transforme, pois é de sua natureza a heterogeneidade:

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas. (CASTILHO, 2010).

Assim, temos de concordar que os ditos “erros” de português, por exemplo, podem ser nada mais do que invenções para esse cerceamento de que falamos, que controlam, desde o ponto de vista político e social, os comportamentos linguísticos, gerando preconceito. Sobre a questão, cabem aqui as seguintes palavras de Bortoni-Ricardo (2004):

Estamos colocando a expressão ‘erros de português’ entre aspas porque a consideramos inadequadas e preconceituosa. Erros de português são simplesmente *diferenças* entre variedades da língua. (Destaque da autora)

“Erro” ou “acerto” são rótulos que traduzem um conhecimento limitado sobre as diferenças existentes numa dada língua, já que em “(...) em toda comunidade de fala, há sempre variação linguística” (BORTONI-RICARDO, *op. cit.*: 47). É importante estarmos certos, ou melhor, esclarecidos, com essa breve reflexão, de que a variação linguística é um

---

<sup>2</sup> Muitos desses jornais oferecem inclusive colunas ou seções destinadas a discutir sobre o padrão normativo, com textos, em muitos casos, dotados de preconceito linguístico, com bem demonstraram Scherre (2005) e Bagno (2003). Essas pressões sobre a língua parecem se desfazer em outros setores da mídia, como os jornais populares, tal como o jornal *Meia Hora de Notícias*, por exemplo, em que construções fora da variedade de prestígio são incorporadas para o sucesso do projeto comunicativo do jornal.

fenômeno natural das línguas naturais, que pode levar, como bem elucidou Castilho (*op. cit.*), a mudanças na língua. Isso explica a não uniformidade ou homogeneidade, por exemplo, no português do Brasil, mito que alguns ainda insistem em crer e propagar.

A variação é um fenômeno, diríamos, organizado, que não se sucede aleatoriamente, antes se constitui de acordo com determinados contextos, os quais vão definir e nomear o tipo de variação ocorrida, a saber: variação diacrônica, variação diatópica e variação diastrática. Esses são os três grupos básicos que aparecem na literatura corrente. Há autores que vão além dessa clássica tríade e acrescentam, com base em pesquisas, a existência de outros grupos: variação diamésica, variação por idade, variação por sexo, variação por canal.

A variação diacrônica, também conhecida como variação histórica, diz respeito aos momentos de transformação de uma determinada língua. Para Duboiset *al.* (2006:609), uma língua em uma determinada época, num determinado lugar e num determinado grupo social não é idêntica em outra época, outro lugar e outro grupo social. A língua vai experimentando fases que vão dando novos contornos à sua natureza, o que vai alterando, em consequência, a sua gramática. Essas fases de uma língua vão, ao longo do tempo, compondo a sua história, sua diacronia, conforme encontramos em Azeredo (2008:62):

A história interna de uma língua – ou melhor, sua **diacronia** – pode, assim, ser explicada como uma sucessão de ‘estados da língua’, uma passagem ininterrupta de uma sincronia a outra. A mudança, embora imperceptível, é incessante, o que é o mesmo que dizer que, na realidade, o ‘estado da língua’ – isto é, a captação de sua estrutura numa sincronia – é tão somente um ponto de vista em que nos colocamos para analisar ou descrever a língua.

O autor ainda reitera que “Uma língua não muda ‘de vez em quando’, mas continuamente” e que essas mudanças só nos parecem evidentes quando comparamos determinadas formas da língua em épocas diferentes, embora, segundo ele, algumas mudanças podem ser notadas em curtos períodos (AZEREDO, *op. cit.*: 61)

No português do Brasil, temos por exemplo a mesóclise, que já caiu em desuso na oralidade e está passando pelo mesmo processo na escrita. A mudança do quadro pronominal do PB<sup>3</sup> também é outro exemplo: a queda do pronome “vós” e a incorporação do “a gente” em lugar do “nós”. A variação diacrônica não corresponde apenas às fases da língua ao longo dos séculos, mas abarca as variações num recorte temporal menor. Determinadas expressões que entraram na língua ou desapareceram dela entre algumas gerações familiares é um exemplo.

---

<sup>3</sup> PB = Português do Brasil.

A variação diatópica, regional ou geográfica é compreendida como “(...) as diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países” (ILARI; BASSO, *op. cit.*: 157).

No campo lexical do Português do Brasil, as diferenças geolinguísticas são perceptíveis em palavras como: abóbora ou jerimum, mangar/ridicularizar, tangerina/bergamota. Na fonética, nota-se a diferença na pronúncia da consoante “r” em final de palavra, como “lar”. No dialeto carioca, o “r” é uma fricativa velar [X], ao passo que, em outras regiões vizinhas ao Rio de Janeiro, como o interior de Minas Gerais e de São Paulo, por exemplo, é notável a presença da retroflexa alveolar [ɹ], também conhecido como “r” capira<sup>4</sup>.

Outro tipo de variação diz respeito aos falantes escolarizados e não escolarizados ou menos escolarizados, a qual recebe nomes como “variação diastrática” (referente aos estratos sociais, por implicar o aspecto socioeconômico), “variação social” e, para Castilho (2010: 207), “variação sociocultural”. Entre esses falantes ressaltam-se diferenças significativas nesse tipo de variação. Abaixo, apresentamos alguns exemplos obtidos de Castilho (*op. cit.*: 206):

**Quadro 01** – Português brasileiro popular e Português brasileiro culto

PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR	PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO
<b>VOGAIS E DITONGOS</b>	
Ditongação das vogais tônicas seguidas de sibilante no final das palavras: <i>mêis, luiz.</i>	Manutenção dessas vogais: <i>mês, luz.</i>
<b>MORFOLOGIA</b>	
Morfologia nominal e pronominal	
Perda progressiva do –s para marcar o plural, que passa a ser expresso pelo artigo: <i>os homi, as pessoa.</i>	Manutenção das regras de marcação do plural, salvo na fala rápida: <i>os homens, as pessoas.</i>
Perda do valor do sufixo –ior nos comparativos de superioridade, utilizando-se o advérbio <i>mais</i> : <i>mais, mió, mais pió.</i>	Preservação do valor comparativo do sufixo –ior: <i>melhor, pior.</i>
<b>SINTAXE</b>	
Simplificação da concordância nominal: (i) expressa pelo determinante: <i>as pessoa.</i> (ii) simplificação acentuada quando substantivo e o adjetivo vêm no diminutivo ( <i>aqueles cabelinhobranquim</i> ).	Manutenção da concordância nominal com redundância de marcas: <i>as pessoas, aqueles cabelinhos branquinhos.</i> Em algumas regiões do país a simplificação alcançou também os diminutivos.

(Adaptado do quadro elaborado por CASTILHO, 2010)

Outro tipo de variação diz respeito ao veículo que a língua utiliza para dar cabo ao projeto de comunicação: a “variação diamésica”, ou, como chama Castilho (2010: 212),

<sup>4</sup> Dados extraídos de SILVA, ThaísCristóforo. 9. ed. **Fonética e Fonologia do Português: roteiros de estudo e guia de exercícios.** São Paulo: Contexto, 2009, pp. 36-41.

REVELLI v.10 n.2. Junho/2018. p. 43 - 61. ISSN 1984 – 6576.

Dossiê Estudos de Linguagem e Interculturalidade.

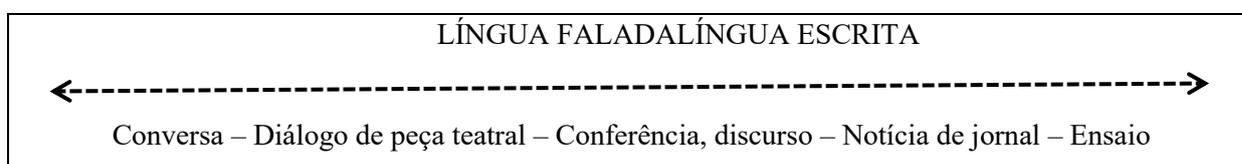
“variação de canal”. Nas palavras de Ilaro e Basso (2006: 181), esse tipo de variação pode ser definida assim: “A variação diamésica compreende, antes de mais nada, as profundas diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita.”

Escrita e fala se diferem por se tratar de sistemas diferentes e que, por essa razão, requerem artifícios próprios. Na escrita, o discurso é mais planejado e monitorado que na fala. Na fala, quando os interlocutores se veem, por exemplo, é possível a supressão de palavras e a redução de sentenças, visto que há recursos como gestos, movimentos do corpo, em especial o do rosto, que auxiliam nesse processo. A escrita, por não poder contar com tais artifícios, lança mão da descrição, de um vocabulário mais extenso e de sentenças maiores para fazer com que seu interlocutor compreenda com mais clareza a mensagem.

É importante ressaltar que essas diferenças são atenuadas ou intensificadas de acordo com o gênero textual utilizado. Já se observa, na escrita de “post” de conversa instantânea, em canais de comunicação como o *whatsapp*, por exemplo, marcas da língua oral bem acentuadas. Nesse tipo de conversação, alguns marcadores como “né”, “daí” e “aí” são recorrentes. Além disso, esse tipo de escrita vem dinamizado pela prática de reduzir palavras e sentenças, além de contar com recursos visuais ou imagéticos que atuam do mesmo modo que as expressões corporais: os emojis, figuras ou desenhos que imitam expressões humanas como choro, riso, dor entre outras, além de objetos e animais.

A delimitação entre o que é da oralidade e o que é da escrita não é uma tarefa fácil. Mais do que propor limites estanques, o ideal é perceber que entre gêneros escritos e orais há um *continuum*, proposto por Castilho (2010: 222), em diferentes graus de formalidade:

**Diagrama (01) – Língua falada e língua escrita**



(Esquema proposto por CASTILHO, *op. cit.*: 222)

A única crítica que fazemos a essa proposta diz respeito ao gênero “notícia de jornal”, o qual está situado no polo da escrita, pela seguinte razão: no jornalismo popular, como é o caso do *Meia Hora de Notícias*, a escrita da notícia se distancia da formalidade e se aproxima da oralidade. Desse modo, esse gênero poderia se situar, pelas condições que hoje se apresenta essa modalidade do fazer jornalístico, na parte central desse *continuum*, o qual, a nosso ver, parece-nos muito mais apropriado.

## 2.2 Preconceito linguístico

Atualmente, uma série de questões relacionadas a atitudes que degradam as relações entre os indivíduos, como racismo, homofobia, *bullying* vem ocupando o centro das discussões em redes sociais e nas mídias impressas, virtuais e televisivas. O combate ao preconceito e à intolerância ganham destaque em programas populares de tevê, como as novelas, por exemplo. Mesmo com a discussão e o debate sobre esses temas, ainda não se vê espaço, na grande mídia, para uma reflexão também sobre o preconceito linguístico, que, assim como outros, também marginaliza e exclui.

Um grande passo foi dado ao incluir o tema da variação e, com ele, a noção de preconceito linguístico, nos programas de Língua Portuguesa para os ensinos fundamental e médio. Os livros didáticos são o reflexo de que esse tema é parte integrante dos estudos de língua nas diversas séries escolares. Contudo, ainda se observa uma resistência quanto a trabalhar com o tema da variação por parte de alguns professores de língua. Os motivos podem ser diversos: desconhecimento do tema ou de sua abordagem em sala; insegurança, pois, para alguns, o ensino da norma-padrão ainda é uma forma de impor respeito (até medo), ou seja, de controle do aluno; e pela crença no mito de uma língua homogênea ou uma variedade “correta” da língua que é superior às demais, em que, ensiná-la (ou impô-la!), sem a preocupação de promover reflexão sobre a variabilidade linguística, é o seu primoroso ofício. Para pessoas que pensem assim, professores ou não, valem as seguintes palavras de Ilaro e Basso (2006: 195):

Portanto, variação existe, quer gostemos disso, quer não. Mas há muita gente para quem esse fato é um problema: essas pessoas se sensibilizam com a variação diastrática e tendem a achar que falar uma variedade diferente da variedade padrão é um problema sério para a sociedade e para quem o faz, talvez um vício, talvez um crime, talvez uma manifestação de inferioridade. É, mais uma vez, a atitude que levou os gregos a chamar de *bárbaros* todos aqueles que não falavam grego e que consiste em desclassificar o outro, desclassificando sua língua. Sempre que isso acontece, a língua torna-se um veículo de preconceitos exclusões, uma função na qual, infelizmente, pode ser extremamente eficaz. (destaque do autor)

O Enem, em algumas edições, vem contemplando o tema da variação – e, embutido no tema, está a noção de preconceito linguístico – desde a escolha dos textos até o encaminhamento das questões de compreensão. Presume-se, a partir disso, que os candidatos, recém-egressos do ensino básico, saibam do que se trata.

Embora não esteja presente nos espaços midiáticos mais correntes (rádio, tevê, jornais e revistas) e nas redes sociais, a questão do preconceito linguístico se faz presente onde deve

se fazer: na formação do indivíduo, isto é, na escola, no ensino de português. Por que, então, o seu combate ainda parece ser tão distante de nossa realidade? Por que ainda há tanto desconhecimento sobre a questão e desrespeito com quem não utiliza a variedade urbana de prestígio?

Uma resposta já foi construída: no tratamento desse conteúdo em sala de aula, que passa, a nosso ver, pelo querer do professor e/ou por sua abordagem e que, por sua vez, dependerá do conhecimento ou das atitudes do docente quanto ao assunto.

Outra resposta está na própria forma como, décadas ou séculos, enxergamos a língua. Os mitos e crenças que temos em torno dela e que são reforçados pelo senso comum: de uma língua única e correta, também conhecida como culta, em que seu bom emprego depende do conhecimento que temos de suas regras convencionadas pela gramática tradicional.

Ao se fazer uma escolha por uma variedade de prestígio, com rótulos de “certo” ou “errado”, de “feio” ou “bonito”, de “conhecimento” ou “burrice” para quem sabe usá-la ou não, ou sabendo usá-la não se “desliza” em uma ou outra regra, haverá estigmas, menosprezo entre tantas outras atitudes que desgastam as relações humanas. A esse respeito, Scherre (2005: 15) comenta que “De forma geral, as pessoas creem que há uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há um dialeto mais certo do que outro ou que há uma variedade mais certa do que outra”. A nosso ver, essa crença parece ser transmitida pelas gerações o que acaba perpetuando tal mito. É dessa crença, da qual não escapa, segundo a autora, inclusive aqueles que investigam os fenômenos linguísticos com objetividade, que vem a gênese do preconceito linguístico. Como essa escolha acontece? A partir de que critério?

A escolha por uma variedade da língua que será considerada padrão culto tem acontecido por padrões socioeconômicos. Segundo Borntoni-Ricardo (2004:33), “as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas (...) o prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos.” E a autora prossegue afirmando que o dialeto falado em uma região pobre pode ser considerado “ruim”, enquanto um dialeto de uma região rica e poderosa será considerado “bom”.

A língua, nesse sentido, é um instrumento de poder: o uso de uma ou outra variedade determinará, de certo modo, a distância ou a aproximação de um indivíduo a certos espaços da estratificação social. É imperioso saber como esse dado descortina uma questão importante: preconceito linguístico é um julgamento social em que o uso que se faz da língua é o divisor de águas. Não julgamos como o outro fala ou escreve, julgamos o outro pela sua realidade

social manifestada pela língua, isto é, pela sua proximidade ou não de uma determinada variedade linguística. Isso quer dizer que a escolha de uma variedade é mais do que uma escolha, é a construção de uma norma linguística. E é com base nessa norma, de acordo com Calvet (2002: 69), que os comportamentos linguísticos se manifestarão:

(...) ela pode desenvolver dois tipos de consequência sobre os comportamentos linguísticos: uns se referem ao modo como os falantes encaram sua própria fala, outros se referem às reações dos falantes ao falar dos outros. Em um caso, se valorizará sua prática linguística ou se tentará, ao invés, modificá-la para conformá-la a um modelo linguístico; no outro, as pessoas serão julgadas segundo seu modo de falar.

Diante da norma, uns se ajustarão às suas diretrizes, procurando monitorá-la, outros farão uso delas para rotular, controlar, julgar, enfim, manifestar seu preconceito. Trata-se de juízos que nada têm de fundamento científico, pois, do ponto de vista científico, as variedades são fenômenos naturais, já que as línguas são naturais e, a esse respeito, dinâmicas, e são sistematizadas ou organizadas de acordo com determinados princípios lógicos inerentes, como vêm demonstrando os trabalhos em Sociolinguística, em especial o de Scherre (2005), sobretudo no tocante ao uso das concordâncias verbal e nominal.

Ao esquadrihar a gênese do preconceito linguístico, Bagno (2013), em sua obra clássica, “Preconceito linguístico – o que é, como se faz”, aponta algumas crenças, chamadas por ele de “mitos”, num total de oito, que são difundidas pelo senso-comum por meio, sobretudo, da mídia, e que são as responsáveis pelo sustento de uma falsa legitimidade do preconceito linguístico.

**Quadro (02) – A mitologia do preconceito linguístico.**

<b>Mito 01</b>	O português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente
<b>Mito 02</b>	Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português
<b>Mito 03</b>	Português é muito difícil
<b>Mito 04</b>	As pessoas sem instrução falam tudo errado
<b>Mito 05</b>	O lugar onde melhor se fala o português é o Maranhão
<b>Mito 06</b>	O certo é falar assim porque se escreve assim
<b>Mito 07</b>	É preciso saber gramática para falar e escrever bem
<b>Mito 08</b>	O domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social

(Quadro elaborado pelo autor com base em Bagno, 2013)

As ideias de que o “brasileiro não sabe português” e que “português é muito difícil” são tão difundidas que, basta um professor de língua portuguesa se apresentar em um círculo social qualquer, em que não seja o de seus pares, audlogo brotam afirmações como essas. Nessa circunstância, o falante, ao reafirmar tais concepções, desvela: o próprio modo como

enxerga a língua que usa; o desconhecimento quanto às diferenças entre os sistemas de escrita e de oralidade; e a falta de discernimento entre saber português (língua materna) e saber a variedade padrão da língua. Em situações como a que expusemos, servirá, também, de proteção à face perante a insegurança de ser observado ou até corrigido por um professor de português (= gramática!) ali presente. Tais alegações justificariam seus possíveis desvios da gramática normativa, ainda que num esforço de manter uma fala monitorada. Essa postura, provavelmente, é reflexo de uma cultura escolar bastante tradicional em que a relação assimétrica entre aluno e professor permite que aquele percebe este como uma espécie de ícone de supremacia da língua, a quem deva prestar referências.

Entre a mais das equivocadas concepções a respeito da língua, para não simplesmente dizer “cruel”, está a afirmação contida no mito 4: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”, isso porque se nega algo próprio de um falante: o de saber falar. Subjaz, por assim dizer, a noção de que esse tipo de falante não se comunica, o que é um exemplo claro e inequívoco de **erro**. É como se lhe faltasse, em se tratando de falantes sem qualquer deficiência física ou neurológica impeditiva, uma de suas faculdades mentais, a de poder se comunicar em uma dada língua, algo inerente ao ser humano, como já bem discutiram linguistas clássicos como Chomsky, Saussure e estudiosos da Psicolinguística. Descabida, portanto, de qualquer fundamento científico e carregada, obviamente, de preconceito!

Se buscarmos um eixo norteador das afirmações de todos os mitos, iremos chegar ao uso da gramática normativa da língua. A crença de que essa norma é a verdadeira, única e superior às demais variedades da língua é que alimenta mitos e, por consequência, gera preconceitos.

Tão cruel quanto os preconceitos de raça, gênero, orientação sexual, credo, classe social, cor, condição física e mental, é o preconceito linguístico que parece legitimar a postura do agressor e deixa na invisibilidade a vítima. Quando praticada no espaço escolar ou acadêmico, sobretudo por quem deveria além de combater, propor a reflexão – o professor – o preconceito linguístico é mais do que ocultado, é enaltecido, valorizado, visto como prática adequada que não só valoriza o agressor, como a própria escola, que será rotulada como “exigente”, sinônimo de “boa” ou “excelente”.

Na Educação de Jovens e Adultos não pairarão certezas de que esse tipo de conduta será um desastre para todos, em especial, para o aluno, que sequer encontrará motivação para seguir com os estudos. A escola deve ser o lugar da chamada “educação em língua materna”, expressão que deu título ao livro de Bortoni-Ricardo (2004) e que nos parece bastante

apropriada. Para a autora, a “(...) a pluralidade cultural e a rejeição aos preconceitos linguísticos são valores que precisam ser cultivados a partir da educação infantil e do ensino fundamental” (*op. cit.*: 35), ou seja, na raiz ou na base do sistema educacional. E isso vale, é claro, para as primeiras etapas da E.J.A.

Ressaltamos que o ensino de Português que promova a reflexão sobre a variação linguística e o respeito às diferentes variedades da língua e a seus falantes não é só preconizado por nós, como é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Língua Portuguesa, ensino fundamental – 6º ao 9º anos) e também pelo Programa de Desenvolvimento Continuo (Alfabetização – módulo Alfabetizar com textos), lançado pelo MEC, em 1999, destinado também a professores da E.J.A.

Não estamos, com toda essa reflexão, admitindo não se deva realizar o ensino da norma padrão. Ao contrário, acreditamos que é importante que se ensine a variedade de prestígio da língua para que o aluno, como cidadão, tenha a possibilidade de ler e produzir textos que utilizam essa variedade da língua (gêneros jornalísticos, literários, acadêmicos, jurídicos entre outros). Porém, acreditamos que o ensino deva ser produtivo, que, nas palavras de Possenti (2009:52), traduzem-se assim:

Em resumo, parece razoável ensinar apenas quando os alunos erram, exatamente como fazem os adultos com as crianças. Se os alunos usaram estruturas como “os livro”, que essas estruturas sejam objeto de trabalho; mas se nunca dizem “vaca preto”, para que insistir em estudar o gênero de “vaca”?

Não ensinar a norma pela norma, mas mostrar em que momentos ela atua na construção de textos que a requerem e que circulam nas diferentes esferas sociais. Porém, levando o aluno a compreender que o conhecimento e o domínio de uma variedade padrão não significa desprestigiar as outras formas de uso da língua igualmente importantes para comunicação e interação humanas.

### **3. Metodologia**

A rede municipal de educação de São Gonçalo conta, hoje, com 60 docentes que atuam no primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, nas primeiras etapas de ensino, com alfabetização e letramento inicial, as quais se realizam em duas fases, cada qual com duração de um ano. Após esse período, o aluno prossegue com seus estudos na segunda etapa, que corresponde ao segundo segmento do ensino fundamental, organizado também em duas fases, cada qual com duração de um ano também. Após esses quatro anos, o aluno deverá estar apto a ingressar no ensino médio.

Esses professores que, em sua maioria, formaram-se pelo curso normal, foram convidados a responder um questionário semiaberto<sup>5</sup> estruturado em duas partes:

I – Sete perguntas relacionadas ao perfil do professor entrevistado.

II – Quinze perguntas buscam averiguar alguns conhecimentos e atitudes dos professores entrevistados em torno de temas como variação e preconceito linguístico.

Para respondê-lo, não era necessário identificar-se. Os professores dispuseram-se de todo o tempo necessário para darem suas respostas, considerando que a média de tempo esperada era de 10 a 15 minutos.

Dos 60 professores que compõem o quadro de docentes de primeiro segmento da rede, apenas quinze, ou seja, um quarto, responderam o questionário e também se dispuseram a participar de um minicurso oferecido em seguida. Consideramos que o número de docentes dispostos a colaborar com o trabalho nos possibilitou termos uma amostra significativa da realidade dos professores dessa rede de ensino.

É importante ressaltar que algumas perguntas do questionário foram inspiradas nos oito mitos do preconceito linguístico, identificados por Bagno (2013). Outras questões, no entanto, partem de algumas situações reais de uso da língua, de modo que o participante, ao responder, pudesse expressar com naturalidade suas ideias.

Os dados levantados nortearam conteúdos do minicurso (uma espécie de formação continuada) e a produção de atividades pedagógicas desenvolvidas para esse minicurso, com gêneros do jornal impresso. O uso dos jornais se justifica pelo fato de ambos apresentarem gêneros do cotidiano, os quais os alunos da EJA, às vezes, têm acesso e pelo fato de os textos dos jornais manifestarem os diferentes usos da língua<sup>6</sup>.

#### **4. Resultados e discussão**

A primeira atividade do questionário solicitava ao participante da pesquisa que ele julgasse a atitude de um dos personagens de uma tira, composta por três quadros, que lhe foi apresentada, conforme se vê na imagem seguinte.

---

<sup>5</sup> Semiaberto corresponde a questões, em maioria, que solicitam respostas dissertativas, com a presença, também, de questões objetivas.

<sup>6</sup> O *Meia Hora*, além de ser um jornal amplamente difundido nas periferias e de valor aquisitivo baixo, acaba sendo um dos poucos jornais a que os alunos têm acesso. Além disso, seus textos trazem expressões regionais, gírias e modos de falar muito próximos de seu público leitor. O *Globo*, por sua vez, constrói suas notícias pelo viés da linguagem formal, evitando, sobretudo, expressões populares. Por essa razão, escolhemos os dois como insumos para a construção de atividades pedagógicas que atentem para os diferentes usos da língua escrita, pois contrapõem, ao noticiar um mesmo fato, os modos de expressão do português.

REVELLI v.10 n.2. Junho/2018. p. 43 - 61. ISSN 1984 – 6576.

Dossiê Estudos de Linguagem e Interculturalidade.

**Figura (01)** – Amostra da questão 01 – do questionário



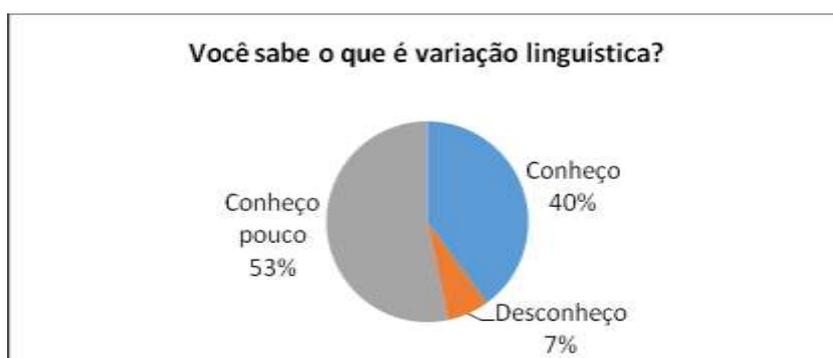
Nas respostas apresentadas, os participantes não mencionaram a palavra “preconceito linguístico” ou “preconceito”. Não houve reconhecimento, de forma direta, da atitude de preconceito linguístico. No entanto, houve uma parcela significativa de participantes que consideraram que o comportamento da personagem revelou uma atitude discriminatória. Com base nessas respostas, temos o seguinte resultado:

**Gráfico (01)**– Perceberam, indiretamente, atitude de preconceito linguístico



Nota-se uma quantidade bastante significativa de participantes (43%) que não mencionaram a presença do preconceito linguístico na interação entre os personagens. Durante o curso que foi oferecido a esses participantes, após a coleta dos dados, notamos que havia um desconhecimento, de fato, da maioria desses participantes no tocante ao tema. Alguns disseram ter ouvido falar do tema, de forma vaga.

**Gráfico (02)** –Você sabe o que é variação linguística?



Para esta questão foram propostas respostas objetivas, com possibilidade de comentário caso o participante quisesse. Embora quase metade (40%) declararam saber do que se trata e mais da metade ter afirmado conhecer pouco (53%), observamos, também, na interação com os professores, um desconhecimento bastante generalizado sobre o tema e certa confusão. Um fato curioso que nos chamou a atenção é a presença do tema da variação em um dos livros didáticos, distribuído pela própria rede e utilizado pelos professores desse segmento, voltado para a EJA. Como esse conteúdo faz parte do programa que ministram, imaginamos que não seria um tema desconhecido. Isso demonstra a necessidade, mais ainda, do que aqui defendemos: formação continuada para professores de primeiro segmento em estudos linguísticos.

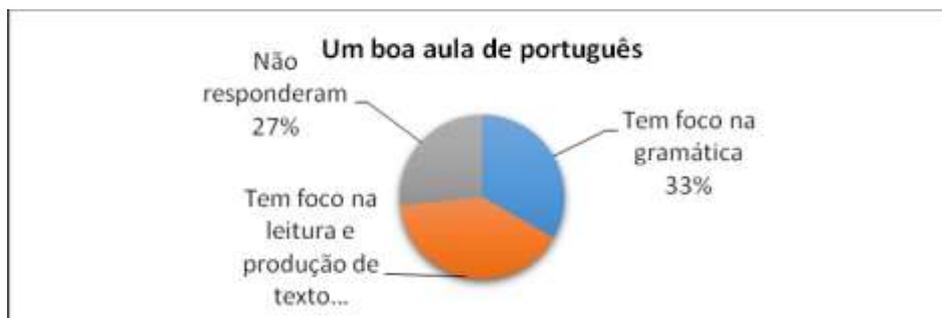
**Gráfico (03)** – O que sabem a respeito de norma culta



Para responder a essa questão, bastava que o participante dissesse que tinha um conhecimento pelo menos vago da questão. O percentual de participantes que afirmaram desconhecer a questão da “norma culta” se mostrou bastante alto (40%). Na conversa com eles, notamos que a expressão era vaga e que, na concepção deles, era algo ligado a “texto formal”. Alguns associaram a expressão ao “falar correto”.

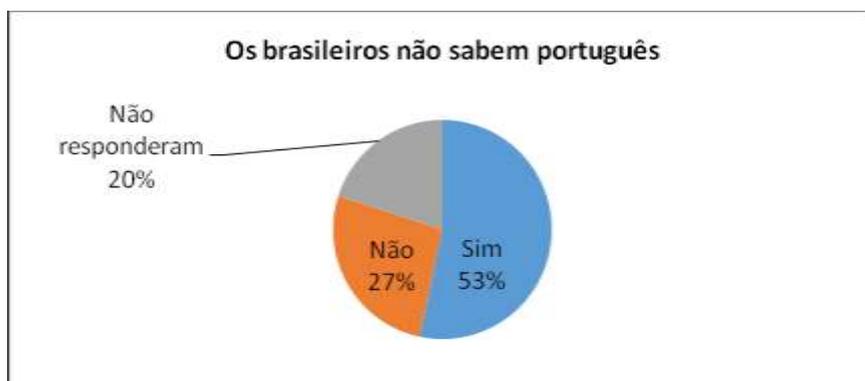
Ainda no tocante à norma, houve um número bastante significativo de professores que responderam ser o seu ensino o foco para haver uma “boa aula de português”, como se observa no gráfico seguinte

**Gráfico (04)** –Uma “boa aula de Português”



Outra confusão que frequentemente se faz, e isso não é um problema exclusivo do grupo pesquisado, mas, em geral, do brasileiro, está entre o “saber da gramática normativa” e o “saber português”, ou seja, na concepção de muitos há uma equivalência entre essas expressões. Isso significa que “não saber gramática culta” é o mesmo que “não saber Português”, e disso decorre a origem de muito preconceito linguístico. Torna-se preocupante pelo fato de conceberem esse mito e mais ainda preocupante por ser disseminado por professores, sobretudo, por aqueles que ensinam o idioma materno. Nossa investigação também procurou apurar o que os professores investigados pensam. Mais da metade (53%) respondeu que “os brasileiros não sabem português”, como se vê no gráfico seguinte.

**Gráfico (05)** – Os brasileiros não sabem português



Talvez essa noção de que o saber idiomático corresponde ao saber da norma culta explique a ênfase que se deva dar ao ensino dessa norma numa dita “boa aula de Português”, como observado no gráfico anterior. Para esses professores e, evidentemente, para muitas outras pessoas “falar o português”, idioma materno, e “saber esse idioma” são situações bem diferentes. Falar é uma necessidade que se impõe a quem é brasileiro e, por isso, na concepção desses professores, as pessoas “falam o português”, mesmo que alguns digam que se fale “errado”, mas saber, os brasileiros não sabem, na opinião deles.

O questionário também buscou apurar dados mais secundários, a partir dos principais que já expusemos. A seguir, apresentamos a síntese dos dados obtidos de acordo com as questões.

- Você sente que tem sofrido preconceito linguístico? Mais da metade (73%) respondeu que não, 20% responderam que sim e 7% não responderam.
- Já sofreu com o preconceito linguístico? Uma parte não respondeu (13%), 54% afirmaram que sim e 33% declararam que não.
- Já agiu com preconceito linguístico? Sessenta por cento (60%) declararam que não e 40% afirmaram que sim.
- Falar em português é: difícil (27%), fácil (27%), nem difícil, nem fácil (46%). A respeito deste ponto, vale ressaltar que “falar” o próprio idioma parece se confundir com falar a própria língua de acordo com seu padrão normativo, pois, do contrário, não haveria uma porcentagem tão alta de declarantes que afirmaram não ser “difícil nem fácil”, já que falar a língua materna não se configuraria em algo que se situe entre o difícil e o fácil, a nosso ver, por ser uma atividade natural do ser humano.
- As pessoas com pouca instrução falam errado? Um pouco mais da metade dos professores (60%) declarou que sim, contra 40% que afirmaram que não. Esse dado é importante por uma série de razões: corrobora-se a falsa ideia, de certo modo, de que os brasileiros falam errado; também parece evidenciar que os participantes veem como correspondentes o saber idiomático natural e o saber a respeito do padrão normativo da língua; transparece, ao mesmo tempo, que confundem os limites e as peculiaridades entre escrita e fala. Esses aspectos mencionados nos preocupam por sua relação com o público que estamos investigando: professores de jovens e adultos, estes em processo de desenvolvimento da alfabetização e do letramento inicial, que trazem enraizadas determinadas marcas de uso da própria língua, oriundas de suas comunidades de fala (socioleto). Não compreender como legítimo esse modo de expressar a língua pode incorrer, mesmo que indiretamente, em atitudes de preconceito desses professores com seus alunos, o que nos obriga a pensarmos em formação continuada como política pública a ser levada bastante a sério.

Cabe-nos, por fim, mencionar que um dos participantes do minicurso resolveu abandonar a atividade, no primeiro encontro, sob a alegação de não estar de acordo com a

noção de variação linguística. Para o participante, o ensino de Português deve corresponder exclusivamente ao ensino da gramática normativa, desconsiderando qualquer reflexão sobre os demais usos da língua. Numa atitude completamente oposta à desse participante, os demais professores concluíram todo o minicurso e, ao longo dele, foram demonstrando os impactos positivos no seu trabalho e na própria vida das atividades desenvolvidas, cujas propostas se baseavam na reflexão sobre os temas da variação e do preconceito linguísticos.

## **5. Considerações finais**

Defendemos aqui um ensino de Língua Portuguesa que contemple o estudo da variação linguística e que abarque uma reflexão sobre o preconceito linguístico. O aluno jovem/adulto quando chega ao espaço escolar traz consigo os seus falares, sua forma de vivenciar o idioma que não pode ser desprezado, mas acolhido, pois é reflexo de sua inserção em uma comunidade social de fala e de sua integração cultural, ou seja, é parte de sua identidade como sujeito. Isso significa que o espaço escolar, se pretende ser acolhedor, deve se esforçar para compreender a lógica que organiza os diferentes falares, sobretudo, os sociais.

Hoje, discutem-se, principalmente na Educação e nas Ciências Sociais, políticas de valorização do ser humano em seus múltiplos aspectos: orientação sexual, identidade de gênero, igualdade racial entre outras. No entanto, precisa-se manter ou progredir a discussão sobre a compreensão dos diferentes falares e de sua aceitação, a começar pelos institutos de Letras pelo País, de modo que ganhe a mesma visibilidade que essas outras questões de cunho social vêm ganhando em outros institutos das ciências humanas. Debater políticas que combatam o preconceito linguístico deve ser tão urgente quanto o debate sobre as outras condutas sociointerativas que engendram diferentes modos de apartamento ou discriminação social.

Quando se fala de Educação de Jovens e Adultos, tratar de variação e preconceito linguísticos deve ser o conteúdo inicial a ser estudado em qualquer (em qualquer mesmo!) nível, série ou outra forma de organização do processo de formação escolar da EJA. Tornar nítido para o aluno, mesmo sendo o primeiro dia de aula de uma turma de alfabetização de jovens e adultos, os diferentes falares como a riqueza de um mosaico dinâmico que é a fala no português brasileiro, e desenvolver, a partir disso, o senso crítico do aluno quanto ao respeito por esses diferentes modos de expressão da língua devem ser, a meu ver, as atividades iniciais no ensino da língua materna na EJA. Uma vez que esse aluno percebe que seu saber português

é tão relevante, lógico e eficaz na comunicação entre seus pares, diminui-se a distância entre a própria escola e o aluno, o que é imprescindível para um jovem ou um adulto que, muitas vezes, se sente excluído do sistema educativo. A escola reconhece seus saberes e se põe como espaço mediador de outros saberes. No mínimo esse aluno perceberá que a afirmação de que os brasileiros “não sabem português” não passa de um equívoco.

Aprender a variedade padrão culta da língua será para esse estudante como enriquecer seu repertório linguístico e não significará, como alguns ainda insistem que deva ser, excluir sua própria variedade, desprestigiá-la, desqualificá-la e, sobretudo, desabonar as pessoas que a usam. Um estudo do fenômeno da variação bem direcionado pelo professor da EJA, em qualquer segmento, é mais que o caminho para o fim do preconceito, é o caminho para o fim da “ignorância linguística”, isso sim, pode acabar – no sentido inverso ao usado pelos defensores árdios da sobreposição e do prestígio da variedade padrão sobre as demais – com as tais “aberrações sobre o idioma”.

Propomos que o tema da variação e preconceito linguísticos seja conteúdo não só obrigatório, como seja o primeiro, ou entre os primeiros assuntos, a ser desenvolvido pelos professores de primeiro e de segundo segmentos ou de ensino médio, nos diferentes nivelamentos ou séries da EJA. E, por fim, cotejamos a existência de políticas públicas que valorizem o desenvolvimento da EJA, a começar pela oferta de formação continuada para os professores que atuam nessa modalidade de ensino, contemplando a atualização desses profissionais em temas relativos aos estudos linguísticos, pela necessidade que, ao longo deste trabalho, conseguimos demonstrar.

## REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 55. ed. São Paulo: Loyola, 2013. \_\_\_\_\_ . Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. **Veredas**. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, ju./dez. 2003.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. \_\_\_\_\_ . Secretaria de Ensino Fundamental. **Programa de desenvolvimento profissional continuado**: alfabetização – módulo Alfabetizar com textos. Brasília: MEC/SEF, 1999.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

DUBOIS, Jean (*et al.*). **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FARACO, C.A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ILARIA, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LYONS, J. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PRETI, D. *Sociolinguística: os níveis da fala – Um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 4. ed. rev. e modificada. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

SCHERRE, M.M.P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, Thaís Cristófaró. 9. ed. **Fonética e Fonologia do Português: roteiros de estudo e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 36-41.

SANTOS, A. O. **Jornal popular e jornal de referência: manchetes e chamadas na formação de leitores críticos**. [tese de doutorado]. Niterói: Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2013.